

GOLDGRUB, Franklin. A presença de Shakespeare na obra de Freud. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04.nov.1989. p.9-10

A PRESENÇA DE SHAKESPEARE NA OBRA DE FREUD

Quando Freud pretende ver em Hamlet o exemplo de uma das mais elucidativas posturas derivadas da estrutura edipiana, ele se limita a invocar, mediante um personagem e uma peça familiares, a ilustração exata que de outra maneira demandaria uma demorada apresentação de casos clínicos cujo conteúdo fosse semelhante.

A literatura psicanalítica de extração recente vem testemunhando a intensificação do processo de "cientifização" dessa teoria que desde o seu surgimento se distinguiu simultaneamente pela atipia e pela atopia. Inclassificável enquanto disciplina científica, o freudismo perambulou por uma terra de ninguém epistemológica, reivindicado e rejeitado simultaneamente pela medicina, humanidades, semiótica e inclusive a ética de filiação confessional, para citar apenas os apelos mais significativos.

Tendo aparentemente conquistado um lugar ao sol, os preconizadores do anti-diálogo terapêutico parecem dispostos a criar um anti-esperanto superdialetal. Por vias muito diferentes, kleinianos e lacanianos reivindicam um saber absolutamente impermeável à bisbilhotice leiga. Os textos inspirados nessa programática fazem-se embalar num código cada vez mais distante da língua originária, o doce e elegante coloquialismo freudiano, cujo leve sotaque clínico é nitidamente diferenciável do carregado jargão preferido por seus descendentes.

O tempo dirá se de fato essa tendência retrata um progresso necessário e desejável, ou se, pelo contrário, o atual hermetismo daquela que já foi a mais comunicativa das práticas científicas (ou paracientíficas, se se quiser...) constitui antes uma espécie de "defesa", destinada a situar o teórico no pedestal do mais prestigiado dos conhecimentos, aquele que confere a seu (pretens?) detentor a chave mestra da alma humana. Nada menos.

As ciências sempre representaram um referencial importante para Freud. Exatas e naturais, sobretudo, seus fatos, fórmulas, leis e epistemologia inspiraram

os esforços desse investigador insaciável, cujo arsenal teórico sempre exibiu uma heterogeneidade a toda prova. Brücke, Herbart, Helmholtz, Brentano, Mach (energetismo, fisicalismo, neopositivismo) aparecem lado a lado com Goethe e Darwin (filosofia da natureza, evolucionismo); Messmer e Groddeck (medicina e fisicalismo místicos) convivem pacificamente na companhia de Charcot e Breuer (neurologia e psicologia médica). A antropologia, a lingüística e a arqueologia tampouco eram estranhos ao decifrador de ilusões. Todos foram convocados para, cada qual à sua maneira, participar do exército brancaleone teórico decidido a tomar de assalto a cidadela psíquica. Para os otimistas, o ano de 1900, quando foi publicado **A Interpretação dos Sonhos**, marcará menos a virada do século do que a data magna dessa revolução cuja bastilha encarcerava as esperanças de aceder aos segredos do espírito.

Há uma tendência geral, entretanto, de minimizar a participação das "forças irregulares" nessa campanha vitoriosa. Trata-se dos franco-atiradores e guias recrutados na literatura e na mitologia. Talvez a plena vigência do triunfalismo tecnológico explique o atual esquecimento desse verdadeiro batalhão marginal. Os botões mágicos do instrumental científico impuseram seus critérios e disseminaram o fascínio da precisão e das fórmulas; poucos sabem recusar a mimetização com esses emblemas.

Nesse contexto, livros que ousam recuperar as raízes estéticas da árvore genealógica freudiana são bem-vindos. É o caso do recente estudo sobre a presença de Shakespeare na obra freudiana, empreendido por Eustachio Portella Nunes, e Clara Helena Portella Nunes (*Freud & Shakespeare*, Ed. Imago) na esteira de uma sugestão sumamente oportuna de Jayme Salomão. O próprio título é de molde a estimular, nos habitués da literatura psicanalítica, esse apetite embotado por uma dieta tiranicamente consagrada ao ideal da alimentação teórica — e sobre cuja riqueza em proteínas e vitaminas ainda haveria muito a discutir...

Ao contrário do Hamlet de Lacan, por exemplo, não se trata de cernir a lógica personificada pelo elenco shakespeariano para ampliar as fronteiras psicanalíticas e promover novidades teóricas. O roteiro do livro lembra antes a

navegação de cabotagem do que uma aventura em alto-mar; seu interesse principal consiste em aproximar o rei dos palcos e o sumo-sacerdote dos bastidores através desse elemento compartilhado por ambos num grau, com um zelo e por fim mediante uma mestria inexcedíveis — a investigação da condição humana, levada até suas últimas conseqüências.

A abordagem está longe de ser exaustiva, tanto no sentido horizontal da extensão como no vertical da profundidade. Entretanto, constitui uma boa instigação à reconsideração de um tema atualmente em eclipse: a utilização da arte como forma de conhecimento. Talvez fosse mais exato dizer que os artistas costumam ser reduzidos pela psicanálise ao papel de oráculos involuntários servindo uma verdade que faz deles meros porta-vozes. O caso de Shakespeare exigira repensar essa posição. Sem perder um milímetro de prazer estético, o espectador é levado a confrontar-se com situações que, seguindo a intenção explícita do dramaturgo, funcionam como espelhos.

Não é por acaso, portanto, que esses dois patronos freqüentemente reivindicados pela ciência do inconsciente — Sócrates e Shakespeare — são distinguidos com um diploma psicanalítico *honoris causa*. As implicações são significativas: porque reciprocamente se recupera para a prática clínica essa dimensão filosófica e estética costumeiramente esquecida — kleinismo — ou inversamente exagerada até o paroxismo da confusão total — lacanismo.

É quase o mesmo que dizer que a psicanálise, de certa forma e com outros nomes, sempre existiu — ou que sua atitude nunca deixou de estar representada na história por algo ou alguém. Lévi-Strauss postulou algo semelhante em relação ao xamanismo, mesmo que ao preço de uma notável confusão entre sugestão e interpretação. Algumas parábolas e koans zen-budistas prestam-se a um paralelo semelhante em relação às culturas orientais. Em todo caso, a clarividência shakespeariana obriga a questionar a suposição de que se trata, em psicanálise, de um saber eminentemente técnico, e, como tal, adquirido ao cabo de uma especialização ou erudição cujo resultado mais palpável, na respectiva literatura, parece expressar-se através de um hermetismo altamente suspeito.

Isto posto, será preciso ressaltar que os raciocínios anteriores não

prejulgam uma concordância com a orientação e certos resultados do *Freud e Shakespeare* na versão Portella Nunes. Se a caracterização de Rosalinda (Como Gostais) enquanto psicanalista silvestre (ou selvagem...) é sumamente convincente, os raciocínios que pretendem apresentar Coriolano como a personificação do narcisismo evocam inúmeras objeções. Desejar-se-ia, outrossim, que os capítulos dedicados à loucura e aos sonhos não se detivessem em paralelos superficiais. Enfim, tem-se a impressão de que a conjunção dos vislumbres devidos ao bardo com o exaustivo interrogatório freudiano deveria produzir um efeito maior. Mas mesmo sugerindo ou prometendo mais do que efetivamente dá, o livro atrai como esses filmes cujo roteiro é ofuscado — ou na verdade foi pensado exatamente para servir a esse fim — pelo prestígio de seus atores principais.

Uma última palavra deve ser reservada a certa questão, discutida preliminarmente pelos autores, deixada em aberto e sumamente polêmica: a legitimidade da psicanálise aplicada. Entende-se por essa expressão a extensão do conceitual clínico à análise de fenômenos sociais ou motivações individuais de não pacientes — geralmente personalidades conhecidas. Sob essa orientação, *in extremis*, escrever-se-ão "biografias psicanalíticas". O pressuposto é que a associação livre seria prescindível para o exercício do *jus interpretandis* graças à excelência e virtuosismo alcançados pelos detentores de uma capacidade auscultativa praticamente ilimitada.

É preciso desfazer certa confusão imperante nesse terreno. A busca de referenciais externos, na mitologia e na literatura, por exemplo, constitui uma prática legítima que nada tem de invasiva ou abusivamente conjectural. Quando Freud pretende ver em Hamlet o exemplo clássico de uma das mais elucidativas posturas derivadas da estrutura edipiana — a saber, a dificuldade em matar o assassino do pai devido à "obscura consciência" de um desejo semelhante —, ele se limita a invocar mediante um personagem e uma peça familiares a seus leitores a ilustração exata que de outra maneira demandaria uma demorada apresentação de casos clínicos cujo conteúdo fosse semelhante. Entretanto, ao passar da interpretação de um conflito do protagonista à suposição acerca dos motivos que o autor teria tido para des-

crevê-lo, o exegeta abandona a fantasia — jurisdição onde o procedimento se justifica amplamente — e pretende dar conta de uma realidade que não está a seu alcance: "*Este (Shakespeare) teria escrito Hamlet sob o impacto da morte do pai, ocorrida pouco antes e enquanto seus sentimentos infantis em relação a ele estariam sendo revividos*".

É preciso, pois, regozijar-se com a posterior desconfiança freudiana acerca da identidade do próprio Shakespeare — dúvida que talvez tenha salvo o poeta de uma análise póstuma. Mas, contrariamente ao que se costuma pensar, Freud raramente se permitia tais procedimentos. Seus textos sobre Leonardo e Moisés de nenhuma forma se ocupam em rastrear as causas de tal ou qual comportamento. No livro sobre o herói hebreu, trata-se antes de entender a relação entre a idealização da figura paterna e a concepção religiosa de uma divindade suprema (conforme expressa pelo monoteísmo); já a recordação infantil, evocada a partir do próprio título do ensaio sobre Da Vinci, é examinada com vistas a pensar o efeito devido à ausência da mesma figura paterna num momento crucial da estruturação do desejo. O único exemplo real e acabado de psicanálise aplicada na obra freudiana restringe-se ao livro sobre o presidente Wilson, cuja autoria quase integral é atribuível ao embaixador norte-americano Bullitt.

Assim, a plena consciência dos limites interpretativos impõe-se enquanto postura sumamente necessária, sem a qual o psicanalista se julgaria autorizado a intervir soberanamente com sua chave mestra para fornecer explicações extremamente ambiciosas sobre fenômenos não menos ambíguos com fundamentos ainda mais exíguos. Em suma, as "profundezas" podem enganar tanto como as aparências, bastando para isso que se pretenda traduzir o oculto mediante códigos pré-determinados. E como o fracasso da suposição acerca do simbolismo universal nos sonhos já deveria ter demonstrado, nada pode substituir a bússola da associação livre quando se trata de percorrer o dédalo de paredes invisíveis em que nos movemos. Sem o fio do Ariadne das palavras, "meras palavras", proferidas por quem de direito, a psicanálise certamente ultrapassaria a fronteira que separa as ciências — perscrutadoras eternas visando fazer emergir o oculto — dessas outras com as quais a

homonímia seria essencialmente falaz: as ciências ocultas.

Feita essa ressalva, pode-se detectar em **Freud & Shakespeare** a oscilação entre o emprego heurístico da dramaturgia criada pelo poeta elizabetano e certo interpretacionismo questionável. De um modo geral, entretanto, seria preciso saudar no livro sua temática, tendente a restaurar essa dimensão que deveria ser "tombada" como parcela essencial do patrimônio psicanalítico: uma estreita afinidade com a arte, concebida enquanto aliada com iguais direitos e da qual, na esfera terapêutica, a prática freudiana não poderia deixar de ser vista como representante.